



III WORKSHOP DO GEPEID

A EDUCAÇÃO INFANTIL, O CUIDAR, O BRINCAR E O EDUCAR: ENTRE O PENSADO E O VIVIDO NA CONTEMPORANEIDADE

O NEGACIONISMO DA FAMÍLIA NA BUSCA DO DIAGNÓSTICO DE AUTISMO: desafio para os educadores de crianças pequenas

Nelcir Francisca da SILVA/UFMA/GEPEID
e-mail nelcifr@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente resumo é parte de uma pesquisa que está sendo realizada sobre o desenvolvimento infantil na pré-escola com foco nas crianças que não apresentam um laudo, mas são tratadas pela família como uma pessoa com deficiência. O interesse em pesquisar o desenvolvimento das crianças com deficiência *sem laudo* é um desafio para os profissionais da educação em geral, principalmente na educação infantil. Nosso interesse foi motivado, dentre outros fatores, pela falta de conhecimento das famílias dessas crianças. Nesse momento parece oportuno desenvolver uma pesquisa sobre o desenvolvimento das crianças que ainda não passaram por um especialista para orientar suas famílias e os profissionais que trabalham com o desenvolvimento educacional das crianças. Sabe-se que a matrícula de crianças com necessidades específicas é um direito líquido e certo, pois, independente de laudo médico, elas possuem vaga garantida preferencialmente em escolas regulares, para que sejam cumpridos o desenvolvimento cognitivo e a socialização preconizados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) nº 9.394, de 20 de dezembro 1996. Diante do exposto, o objetivo dessa pesquisa é compreender os desafios que o educador encontra ao se deparar com uma criança que não possui laudo, mas que já é tratado pela família como uma pessoa com deficiência. Portanto, com base no tema em questão, surgiu a necessidade de procurar respostas ao seguinte questionamento: quais os desafios enfrentados pelos educadores frente as crianças que são taxadas como “deficientes”, mas não possuem laudo? Espera-se que essa pesquisa contribua para orientar os pais na busca de um diagnóstico preciso em relação a deficiência ou não da criança.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa em questão trata-se de um relato de experiência vivenciado por uma professora da educação infantil na cidade de São José de Ribamar - MA. “O relato de experiência é um tipo de produção de conhecimento, cujo texto trata de uma vivência acadêmica e/ou profissional em um dos pilares da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão), cuja característica principal é a descrição da intervenção” (Mussi, Flores & Almeida, 2021, p.65). Em relação aos objetivos esse estudo apresenta uma pesquisa descritiva com enfoque qualitativo. O método qualitativo busca compreender a realidade intrínseca que o indivíduo está inserido e qual o significado ele dá àquela vivência. O pesquisador estuda o universo do sujeito considerando seu meio, crença, valores, relações e comportamentos frente a situações de vida (Minayo, 2014). A pesquisa relata a dificuldade de uma educadora de crianças pequenas frente a uma criança taxada pelos pais com Transtorno do Espectro Autista - TEA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conceito de família tem se modificado ao longo dos anos passando por significativas transformações, percebemos mudanças na configuração, na dimensão, na atribuição de papéis, entre outras. Diante disso, é muito importante ter um olhar

REALIZAÇÃO



APOIO





III WORKSHOP DO GEPEID

A EDUCAÇÃO INFANTIL, O CUIDAR, O BRINCAR E O EDUCAR: ENTRE O PENSADO E O VIVIDO NA CONTEMPORANEIDADE

dinâmico em relação a constituição familiar. Yaegashi (2007) destaca a família como um lugar indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. Para Souza e Baptista (2008), a família é a primeira fonte de interação social e deve prover o apoio indispensável à integridade física e emocional do indivíduo. Em relação a educação a família desempenha um papel decisivo, pois é nela que são absorvidos os valores éticos, culturais e humanitários. Assim, é no ambiente familiar que se inicia a formação dos principais aspectos relacionados a personalidade e comportamento dos indivíduos. Quando a criança chega à escola, ela já traz consigo condutas construídas dentro do ambiente familiar. Vigotsky (2007, p. 94) afirma: “o aprendizado das crianças começa muito antes de elas frequentarem a escola”. Isto evidencia a responsabilidade da família ao auxiliar a criança na aprendizagem significativa, mediando este processo de seu desenvolvimento.

É importante ressaltar que a aprendizagem é construída em diferentes ambientes, assim a escola tem a responsabilidade em auxiliar no desenvolvimento cognitivo das crianças. Rego (2003) afirma que tanto a escola como a família exercem influência na formação do indivíduo sendo que a família precisa de outros espaços para auxiliar a educação dos filhos, e a escola vai interligar a família as funções de socialização das crianças. Enquanto educadores percebemos um aumento significativo de crianças que precisam de um Atendimento Educacional Especializado - AEE, e os motivos são os mais variados possíveis, como dificuldades de aprendizagem, Transtorno Globais do Desenvolvimento, deficiência física e motora, entre outros. O AEE é um serviço da educação regulamentado por lei, que “tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que elimine as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008, p,1). Nesse contexto, logo após o início do ano letivo, meados do mês de maio, a escola recebeu uma criança que havia sido transferida de uma outra escola e com um histórico extenso de passagem por outras instituições. Ao conversar com o pai percebemos que ele sempre reclamava das outras instituições de ensino, dos professores e diretores. Segundo o seu relato, o filho apresenta Transtorno do Espectro Autista - TEA. Assim ao se dirigir a educadora já vai afirmando que o filho é “doente” e que por esse motivo apresenta comportamento agressivo, sendo impaciente e nervoso. É interessante frisar que o TEA não é doença e, sim, um distúrbio do neurodesenvolvimento que pode englobar alterações qualitativas e quantitativas da comunicação, seja na linguagem verbal ou não verbal, na interação social e do comportamento, como: ações repetitivas, hiperfoco para objetos específicos e restrição de interesses. (BRASIL, 2022). Conhecendo a história da família percebemos que o comportamento da criança talvez não tenha relação com nenhuma deficiência ou transtorno, pois fatores internos (um ambiente familiar desestruturado, estado emocional e maturidade da criança) podem estar interferindo no seu comportamento. O pai relatou que a criança tem dois irmãos sendo um mais velho e o outro mais novo, porém nenhum é “doente”. A criança é criada pela avó, separada do convívio da família. A avó, assim como o pai, trata a criança como “doente”, mimia muito, e com isso acaba cedendo aos seus desejos. A criança, por sua vez, quando contrariada começa a chorar, se joga no chão, pois entende que dessa forma consegue o que quer, criando um padrão de comportamento e dificultando ainda mais sua socialização no ambiente escolar. Por ser tratada pela família como “doente”, ela aproveita-se da situação para se vitimizar. Piaget (1980) destaca que o aluno, convencido de sua dificuldade, em muitos casos, não se

REALIZAÇÃO



APOIO





III WORKSHOP DO GEPEID

A EDUCAÇÃO INFANTIL, O CUIDAR, O BRINCAR E O EDUCAR: ENTRE O PENSADO E O VIVIDO NA CONTEMPORANEIDADE

desenvolve, permanece bloqueado, desacreditando de antemão das possibilidades de vencer e dando-se por vencido interiormente. Por isso é importante conhecer o histórico de vida dessa criança. O pai ao perceber que algum educador tenta disciplinar seu filho, já vai afirmando que isto está acontecendo porque seu filho é “doente”. A avó relata que a criança apresenta características agressivas igual ao pai. Esse já tem um histórico de agredir mulheres. Em conversa com a criança descobrimos que ela não gosta de morar com a avó, porém pela pouca idade (05 anos) ainda não consegue explicar esse sentimento e esse desejo de voltar para casa. É possível que até já tenha falado para a família, todavia ainda não foi ouvido. O pai insiste em um diagnóstico de autismo, mas não apresenta nenhum laudo. Questionado pela professora sobre o laudo da criança, o pai disse que a pediatra não tinha gostado do seu filho e por isso não deu o laudo. Portanto, percebemos que o pai espera que o educador dê um diagnóstico coerente com a sua suspeita. Sendo assim, orientamos o pai a procurar um atendimento especializado, pois em caso de TEA é preciso que o diagnóstico seja fechado por uma equipe multiprofissional formada por psicopedagogo, psicólogo e neurologista, haja vista que devemos considerar as áreas biológicas, cognitivas e emocionais (TADEI,2021). Caso as suspeitas sejam confirmadas, a escola oferece um ambiente inclusivo, pois oferta o atendimento educacional especializado e tem toda estrutura necessária para uma criança se desenvolver. É importante que esse diagnóstico seja fechado o mais rápido possível, a fim de diminuir os impactos causados na vida dessa criança. Sem o diagnóstico fechado, a criança deixa de receber o atendimento correto, sobrecarregando o educador do ensino regular, pois este depende do laudo para planejar suas atividades levando em consideração as especificidades desse aluno. O educador do ensino regular, precisa do apoio do professor do AEE e do Psicopedagogo, e sem o diagnóstico essa ajuda não vai chegar à sala de aula da educação Infantil, impossibilitando o atendimento correto.

CONSIDERAÇÕES

Diante das observações feitas nesse relato de experiência, pode-se concluir que as famílias têm dificuldades de compreender os comportamentos atípicos apresentados pelas crianças e por isso em alguns casos já as taxam como “deficientes”, “doentes”, etc. Assim, as relações existentes no meio familiar são fatores que podem influenciar de forma positiva ou negativa na formação das habilidades da criança.

Por meio desse estudo, verificamos o negacionismo da família que se recusa em procurar o atendimento especializado para o filho com suspeita de TEA. Sem o laudo que comprove a possível deficiência da criança, a escola fica incapacitada de realizar o atendimento apropriado, sobrecarregando as educadoras que dependem desse laudo para planejar suas atividades e direcionar a criança para os profissionais adequados. A falta do diagnóstico impossibilita a criança de receber o tratamento correto para seu desenvolvimento.

Por fim, diante do contexto apresentado, podemos afirmar que um diagnóstico correto pode contribuir significativamente no processo de superação dos possíveis obstáculos pelos quais a criança não consegue aprender e interagir. Espera-se que essa pesquisa contribua para alertar pais, escola e professores sobre a importância do laudo para o tratamento das crianças da educação especial.

Palavras-chave: Família. Diagnóstico. Educadores.

REFERÊNCIAS

REALIZAÇÃO



APOIO





III WORKSHOP DO GEPEID

A EDUCAÇÃO INFANTIL, O CUIDAR, O BRINCAR E O EDUCAR: ENTRE O PENSADO E O VIVIDO NA CONTEMPORANEIDADE

BRASIL. Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica, regulamentado pelo do **Decreto nº 6.571**, de 18 de setembro de 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192. Acesso em: 01 set. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm acesso em: 31 ago.2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. TEA: saiba o que é o Transtorno do Espectro Autista e como o SUS tem dado assistência a pacientes e familiares. **Gov.Br.** 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/abril/tea-saiba-o-que-e-o-transtorno-do-espectro-autista-e-como-o-sus-tem-dado-assistencia-a-pacientes-e-familiares>. Acesso em: 03 set.2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª ed. São Paulo: Hucitec;2014.

MUSSI, R. F. F.; FLORES, F., & F; ALMEIDA, C. B. 2021. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, vol. 17, nº. 48, pp. 60-77, out./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9010/6134>. Acesso em: 28 ago. 2023

PIAGET, J. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

REGO, T. C. **Memórias da escola: cultura escolar e constituição de singularidades**. Petrópolis: Vozes, 2003.

SOUZA, M. S.; BAPTISTA, M. N. Associações entre suporte familiar e saúde mental. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 26, n. 54, p. 207-215, 2008.

TADEI, Gescielly Barbosa Silva. **Neuropatologia aplicada à psicopedagogia**. Maringá-PR: Unicesumar, 2021

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

YAEGASHI, S. F. R. Família desenvolvimento e aprendizagem: um olhar Psicopedagógico. In: RODRIGUES, E; ROSIN, S. M. **Infância e práticas Educativas**. Maringá: Eduem, 2007. p. 69-80.

REALIZAÇÃO



APOIO

